



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

A  
Pregoeira

Prefeitura Municipal de São João da Mata – M.G.

At. Senhora ROSEMEIRE EUNICE VIEIRA NEGRÃO.  
DD. Pregoeira Oficial

**MODALIDADE: MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIA TIPO A – VEICULO ZERO KM, TIPO FURGONETA OU PICK-UP ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG.**

**TIPO: Menor Preço Por Item** (impugnação)

Empresa: Mabelê Veículos Especiais Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.457.127/0001-19.

Ilustre Senhora Pregoeira,

Trata-se, em síntese, de impugnação ao Edital interposto pela empresa Mabelê Veículos Especiais Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.457.127/0001-19, no âmbito do Procedimento Licitatório.

Preliminarmente, observa-se que a impugnação foi interposta dentro do prazo legal, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, o que confere à empresa legitimidade para questionar os termos do edital, buscando assegurar que o procedimento se dê de maneira justa e vantajosa para a Administração Pública.

Segundo entendimento do impugnante, em apertada síntese, alega que:

(...)

“exigência de assistência técnica autorizada em até 100 km do Município (item 18.3); obrigatoriedade de disponibilização de veículo reserva durante a garantia (item 18.9); e exigência de confecção interna exclusivamente em fibra de vidro (item ...).”.

Requerendo ao final, que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, e consequentemente à retificação do edital;

Em sede de cognição inicial, observo preliminarmente que a presente impugnação fora interposta, através do instrumento adequado e dentro do prazo legal, nos termos (art. 164 da Lei Federal). Também vislumbro presente o interesse de agir da impugnante, representados in casu, pelo binômio necessidade/adequação.

Verifica-se que o edital de licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas nas Leis 14.133/21, no tocante à modalidade e ao procedimento.

Para a elaboração do edital, tarefa nada fácil, tendo em vista essas normas circunstanciais que acabam por transformar a dificuldade de elaborar editais numa função quase que enciclopédica, exigindo sabedoria inalcançável; para tanto, teve como base o setor de compras os citados editais de outros órgãos administrativos retirados da internet. (Podemos destacar que, com extrema facilidade, ainda



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

hoje encontramos modelos de editais, inclusive com as regras e condições ora questionadas, dos mais diversos Órgãos Governamentais, a disposição de qualquer cidadão, na rede de internet).

A Senhora Pregoeira Municipal, realizou a publicação em todos os meios de comunicação exigido. Respeitando o princípio basilar da Administração Pública - Publicidade dos atos, inclusive respeitando os prazos legais de publicação.

**Mérito:**

Verifica-se que foram cumpridas as formalidades legais, tendo sido comprovada a devida publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de preços, etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente.

Assim, como também a garantia legal de ver resguardada a aplicação dos postulados básicos do certame, em especial aqueles esculpidos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo que a licitação irá registrar os menores preços, ampliando a competitividade, com maior número de interessados.

Passamos a tecer as devidas considerações sobre a impugnação:

O objetivo da Administração em alcançar a proposta mais vantajosa, não pode esta deixar de observar o princípio da legalidade e o de vinculação ao edital, posto que o objeto da licitação em apreço versa sobre veículos novos.

**DA NECESSIDADE E LEGITIMIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA  
EM ATÉ 100 KM**

A exigência impugnada está assim disposta:

*"18.1 a 18.3 – Os veículos deverão possuir assistência técnica autorizada da montadora localizada em até 100 km (...) sob pena de desclassificação."*

A Administração possui o dever constitucional de garantir que os bens adquiridos possam ser utilizados de imediato, sem risco de paralisação prolongada, especialmente quando se trata de ambulância, bem essencial para atendimento de urgência.

A exigência de assistência técnica próxima:

- reduz custos públicos, evitando deslocamentos longos para manutenções obrigatórias;
- garante preservação da garantia de fábrica, que exige manutenção em rede autorizada;
- assegura maior disponibilidade do veículo, evitando interrupção de serviços essenciais;
- diminui despesas indiretas: guincho, combustível, diárias, desgaste de pneus, horas improdutivas.

Tais fundamentos dialogam diretamente com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos (art. 5º, Lei 14.133/2021).

Ademais, existe robusto entendimento de Tribunais de Contas no sentido de que a Administração pode, desde que motivadamente e em observância aos princípios da economicidade, eficiência e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

continuidade do serviço público, exigir rede de assistência técnica em raio compatível com as necessidades do objeto, mormente quando se trata de bens afetos à prestação de serviços essenciais (veículos de socorro/ambulâncias).

Em decisões do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por exemplo, foi considerada razoável a exigência de assistência técnica e peças em concessionária autorizada a até 100 km do Município quando demonstrada a compatibilidade com a economicidade e a disponibilidade de oficinas autorizadas no entorno, reputando-se improcedente a impugnação contrária.

**Acórdão nº 350/2014 – 1ª Câmara**

“Mostra-se razoável a exigência de que a licitante comprove possuir assistência técnica em raio máximo de 100 km, quando o objeto demanda manutenção periódica e célere, e quando demonstrado que tal requisito visa resguardar a eficiência e a continuidade do serviço público.”

O Tribunal de Contas da União, em decisões que tratam do mesmo tema, também admite que a Administração delimite raio geográfico para assistência técnica quando isso se mostra necessário para resguardar a garantia, a manutenção da eficiência do bem e a proteção do interesse público, inclusive com fixação de limites distintos segundo as peculiaridades do objeto e da região. Tal entendimento corrobora a possibilidade de a Administração estabelecer requisito de assistência próxima, desde que justificado. Pesquisa TCU.

**Acórdão 1.214/2013 – Plenário**

“É lícito exigir, no edital, a existência de assistência técnica próxima ao local de execução do objeto, desde que a Administração demonstre a necessidade da medida para atender aos princípios da continuidade do serviço público, da economicidade e da eficiência.”

Essa decisão reconhece expressamente que, com motivação técnica, é permitida a previsão de assistência técnica em distância limitada.

**Acórdão 2.622/2013 – Plenário**

“A exigência de assistência técnica em localidade próxima não constitui restrição indevida à competitividade quando necessária para assegurar a adequada execução contratual e evitar custos adicionais à Administração.”

No caso concreto, merece destaque que a eventual indicação de assistência técnica localizada em Lauro de Freitas/BA (sede da impugnante) não atende ao propósito do dispositivo editalício de garantir atendimento célere e manutenção de garantia para bens que permanecerão no Município de São João da Mata/MG.

As coordenadas oficiais informadas para os municípios (São João da Mata/MG e Lauro de Freitas/BA) demonstram que a distância geodésica entre as sedes municipais é da ordem de **1.288 km (aprox.)**, revelando-se deslocamento interestadual de grande monta, manifestamente incompatível com a exigência de assistência técnica “em até 100 km” prevista no Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

Tal distância – além de onerar excessivamente a Administração com custos de transporte, guincho, diárias, horas de servidor e tempo improdutivo – comprometeria a própria finalidade da exigência que é a manutenção da continuidade e eficiência do serviço público.

Assim, à luz da jurisprudência administrativa dos Tribunais de Contas que admite a fixação de raio razoável e das específicas circunstâncias fáticas (distância interestadual entre São João da Mata/MG e Lauro de Freitas/BA de  $\approx 1.288$  km), reforça-se a legalidade e a razoabilidade da exigência editalícia de que a assistência técnica credenciada esteja situada em até 100 km da sede do Município, por se tratar de medida proporcional, técnica e orientada à proteção do interesse público e à economicidade.

Importante frisar que a exigência não determina que a empresa possua filial no raio, mas apenas que o objeto ofertado conte com assistência autorizada dentro da distância máxima — o que é inerente ao produto e não configura barreira territorial ao licitante.

A jurisprudência citada pela impugnante refere-se a exigências na fase de habilitação, o que não é o caso.

**Juridicidade da exigência diante das características do objeto**

A ambulância é um bem sensível, utilizado em serviços de urgência e emergência. Falhas mecânicas podem gerar risco à saúde e comprometer vidas.

Assim, a Administração pode, justificadamente, estabelecer requisitos técnicos que:

- assegurem a manutenção regular do veículo;
- garantam atendimento rápido em caso de pane;
- preservem o cumprimento das normas do CONTRAN, ABNT, Inmetro e ANVISA;
- maximizem a vida útil do bem público.

A obrigatoriedade de manutenção em rede autorizada é, inclusive, condição para preservação da garantia do fabricante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

A exigência é válida, possui amparo legal, está tecnicamente justificada e não viola os princípios da isonomia ou competitividade quando aplicada a veículo utilizado em serviço essencial.

Portanto, a impugnação deve ser indeferida neste ponto, mantendo-se os itens 18.1 a 18.3.

**DO VEÍCULO RESERVA – EXIGÊNCIA DESPROPORCIONAL (DEFERIMENTO)**

O item 16.9 determina que:

*“em caso de imobilização prolongada, a contratada deverá disponibilizar veículo substituto equivalente sempre que solicitado pela Administração”.*

Após análise jurídica e administrativa, verifica-se que:

Página 4 de 8





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

- a contratação tem natureza de compra de bem móvel, não de prestação de serviço contínuo;
- exigir veículo reserva implica impor ao fornecedor ônus financeiro desproporcional, típico de contratos de locação;
- poucas empresas possuem ambulâncias de reserva, o que poderia reduzir drasticamente a competição.

A exigência não é essencial para assegurar a garantia, já suficientemente protegida pelos itens 18.1 a 18.8.

Assim, a cláusula configura restrição indevida, devendo ser retirada do edital.

Parecer pelo DEFERIMENTO da impugnação neste ponto, excluindo-se o item 18.9.

**DA ALTERAÇÃO DO MATERIAL DE CONFECÇÃO INTERNA – ACOLHIMENTO**

A exigência de utilização exclusiva de fibra de vidro não apresenta justificativa técnica robusta que impeça o uso de outros materiais equivalentes, como:

- ABS;
- MDF naval revestido em fórmica;
- laminados melamínicos;
- polímeros de alta resistência.

Esses materiais têm desempenho igual ou superior quanto a:

- higienização;
- resistência a produtos hospitalares;
- impermeabilidade;
- durabilidade;
- manutenção simples;
- conformidade com normas da ABNT e ANVISA.

Exigir apenas fibra de vidro limita a competitividade sem ganho técnico comprovado, violando a proporcionalidade.

Assim, acolhe-se a impugnação, devendo o edital ser alterado para permitir: fibra de vidro ou ABS; ou MDF naval revestido em fórmica; ou laminados melamínicos; polímeros de alta resistência que atenda às normas técnicas e requisitos sanitários aplicáveis.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

**Do exposto, conclui-se que:**

Por todo o exposto, passo a resposta da consulta formulada nos seguintes termos:

Conhecer da impugnação apresentada, por ser tempestiva;

No mérito opino por manter a Assistência técnica autorizada em até 100 km – **MANTER (INDEFERIR a impugnação)**, pois a exigência é plenamente legal, razoável, proporcional e indispensável para a garantia da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados pela ambulância.

Sobre o Veículo reserva – **EXCLUIR**, a cláusula do item 18.9 é desproporcional, não tem respaldo legal e pode restringir a competitividade.

E ainda sobre o Material interno exclusivo em fibra de vidro – **ALTERAR (DEFERIR)**, pois a especificação deve admitir material equivalente, desde que atenda aos requisitos técnicos e sanitários.

Em ato contínuo, encaminha-se o Parecer para Pregoeira e sucessivo a decisão do Prefeito Municipal para sua apreciação final, em obediência aos ditames legais (art. 165, § 2º, Lei 14.133/21). Após, dê-se ciência ao interessado, publique-se e cumpra-se.

Intime-se a impugnante do inteiro teor deste parecer.

São João da Mata (MG), 04 de dezembro de 2025.

Wilder Vilela de Souza  
OAB/MG 80.625



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

**DESPACHO DA PREGOEIRA OFICIAL**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIA TIPO A – VEÍCULO ZERO KM, TIPO FURGONETA OU PICK-UP ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG.**

**TIPO: Menor Preço Por Item (impugnação)**

Empresa: Mabelê Veículos Especiais Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.457.127/0001-19.

**TIPO: Decisão Administrativa (Impugnação)**

Tendo em vista, o que determina a Lei nº 14.133/2021, e alterações posteriores, acolho o parecer Técnico e o da Assessoria Jurídica, referente à Nesse raciocínio opino pela **PROCEDENCIA PARCIAL** da impugnação da empresa Mabelê Veículos Especiais Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.457.127/0001-19.

Conhecer da impugnação apresentada, por ser tempestiva;

No mérito opino por manter a Assistência técnica autorizada em até 100 km – **MANTER** (INDEFERIR a impugnação), pois a exigência é plenamente legal, razoável, proporcional e indispensável para a garantia da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados pela ambulância.

Sobre o Veículo reserva – **EXCLUIR**, a cláusula do item 18.9 é desproporcional, não tem respaldo legal e pode restringir a competitividade.

E ainda sobre o Material interno exclusivo em fibra de vidro – **ALTERAR** (DEFERIR), pois a especificação deve admitir material equivalente, desde que atenda aos requisitos técnicos e sanitários.

Cumpra-se a determinação constante do parecer.

São João da Mata (MG), 04 de dezembro de 2025.

**ROSEMEIRE EUNICE VIEIRA NEGRÃO**  
**PREGOEIRA OFICIAL**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MATA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ Nº 17.935.206/0001-06**

**DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIA TIPO A – VEICULO ZERO KM, TIPO FURGONETA OU PICK-UP ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA MATA/MG.**

**TIPO: Menor Preço Por Item (impugnação)**

Empresa: Mabelê Veículos Especiais Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.457.127/0001-19.

Há vista dos elementos constantes no Pregão em epígrafe, em especial o Parecer Jurídico e do Despacho da Pregoeira e Equipe de Apoio, decido pela **PROCEDENCIA** da impugnação, conforme descrito em ambos documentos.

Conhecer da impugnação apresentada, por ser tempestiva;

No mérito opino por manter a Assistência técnica autorizada em até 100 km – **MANTER** (INDEFERIR a impugnação), pois a exigência é plenamente legal, razoável, proporcional e indispensável para a garantia da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços prestados pela ambulância.

Sobre o Veículo reserva – **EXCLUIR**, a cláusula do item 18.9 é desproporcional, não tem respaldo legal e pode restringir a competitividade.

E ainda sobre o Material interno exclusivo em fibra de vidro – **ALTERAR** (DEFERIR), pois a especificação deve admitir material equivalente, desde que atenda aos requisitos técnicos e sanitários.

Remetam-se os autos a pregoeira para providências da retificação e republicação do edital.

São João da Mata (MG), 04 de dezembro de 2025.

ROSEMIRO DE  
PAIVA  
MUNIZ:0509473  
2617

Assinado de forma  
digital por  
ROSEMIRO DE PAIVA  
MUNIZ:05094732617

**Rosemiro de Paiva Muniz**  
Prefeito Municipal